

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

Processo nº 6044.2020/0001250-0

Interessado: ADALBERTO AMERICO FISCHMANN

CPF nº: 061.814.818-34

Assunto: PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO

Tributo: IPTU

SQL nº: 097.002.0251-8

Exercícios: 2020

Representante Legal / OAB/ CPF: NÃO CONSTA

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial a manifestação anexa ao presente processo e que passa a integrar a presente decisão INDEFIRO o pedido de concessão de isenção do IPTU para o imóvel de SQL nº 097.002.0251-8, exercício de 2020, requerido por ADALBERTO AMERICO FISCHMANN, uma vez que não foram constatados danos físicos ou nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.

2. Fundamento: Artigo 1º e parágrafo 1º da Lei 14.493 de 09/08/2007 e art 3º do Decreto 48.767 de de 27/09/2007; art 2º da Lei 14.089/2005.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

4. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

Processo nº 6044.2020/0001326-4

Interessado: ARNALDO OMAIR BASSOLI JUNIOR

CPF nº: 047.738.148-02

Assunto: PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO

Tributo: IPTU

SQL nº: 097.002.0221-6

Exercícios: 2020

Representante Legal / OAB/ CPF: NÃO CONSTA

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial a manifestação anexa ao presente processo e que passa a integrar a presente decisão INDEFIRO o pedido de concessão de isenção do IPTU para o imóvel de SQL nº 097.002.0221-6, exercício de 2020, requerido por ARNALDO OMAIR BASSOLI JUNIOR, uma vez que não foram constatados danos físicos ou nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.

2. Fundamento: Artigo 1º e parágrafo 1º da Lei 14.493 de 09/08/2007 e art 3º do Decreto 48.767 de de 27/09/2007; art 2º da Lei 14.089/2005.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

4. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

Processo nº 6044.2020/0000867-8

Interessado: BRANCA SYLVIA BRENER

CPF nº: 127.002.418-35

Assunto: PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO

Tributo: IPTU

SQL nº: 022.020.0087-9

Exercícios: 2020

Representante Legal / OAB/ CPF: NÃO CONSTA

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial a manifestação anexa ao presente processo e que passa a integrar a presente decisão INDEFIRO o pedido de concessão de isenção do IPTU para o imóvel de SQL nº , exercício de 2020, requerido por BRANCA SYLVIA BRENER, uma vez que não foram constatados danos físicos ou nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.

2. Fundamento: Artigo 1º e parágrafo 1º da Lei 14.493 de 09/08/2007 e art 3º do Decreto 48.767 de de 27/09/2007; art 2º da Lei 14.089/2005.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

4. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

Processo nº 6044.2020/0002074-0

Interessado: CAIO LOPES SILVA

CPF nº: 328.417.678-09

Assunto: PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO

Tributo: IPTU

SQL nº: 197.019.1994-6

Exercícios: 2020

Representante Legal / OAB/ CPF: NÃO CONSTA

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial a manifestação anexa ao presente processo e que passa a integrar a presente decisão INDEFIRO o pedido de concessão de isenção do IPTU para o imóvel de SQL nº 197.019.1994-6, exercício de 2020, requerido por CAIO LOPES SILVA , uma vez que não foram constatados danos físicos ou nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.

2. Fundamento: Artigo 1º e parágrafo 1º da Lei 14.493 de 09/08/2007 e art 3º do Decreto 48.767 de de 27/09/2007; art 2º da Lei 14.089/2005.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

4. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

Processo nº 6044.2020/0001922-0

Interessado: EDILSON ALVES RIBEIRO

CPF nº: 103.977.708-20

Assunto: PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO

Tributo: IPTU

SQL nº: 197.019.1649-1

Exercícios: 2020

Representante Legal / OAB/ CPF: NÃO CONSTA

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial a manifestação anexa ao presente processo e que passa a integrar a presente decisão INDEFIRO o pedido de concessão de isenção do IPTU para o imóvel de SQL nº 197.019.1649-1, exercício de 2020, requerido por EDILSON ALVES RIBEIRO, uma vez que não foram constatados danos físicos ou nas instalações elétricas ou hidráulicas, decorrentes da invasão irresistível das águas.

2. Fundamento: Artigo 1º e parágrafo 1º da Lei 14.493 de 09/08/2007 e art 3º do Decreto 48.767 de de 27/09/2007; art 2º da Lei 14.089/2005.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

4. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5. Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

6. Arquivo-se.

SUREM/DEJUG/DIMIS

COMUNICADO DE DESPACHO

Tornar sem efeito a publicação do dia 06/07/2021 no DOC (Diário Oficial da Cidade), referente aos processos listados abaixo, tendo em vista que as Decisões foram notificadas através do DEC-Domicílio Eletrônico.

6044.2020/0002026-0 publicado em 06/07/2021 pgs.20;

6044.2020/0001955-6 publicado em 06/07/2021 pgs.20;

6044.2020/0002059-7 publicado em 06/07/2021 pgs.20;

6044.2020/0001933-5 publicado em 06/07/2021 pgs.21.

SUREM/DEJUG/DIMIS

Nos termos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223 de 1º/07/2015, alterado pelo decreto 56.881 de 18/03/2016, fica(m) credenciada(s) de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a partir desta data, a(s) empresa(s):

ORGANIZAÇÃO MOFARREJ AGRICOLA E INDUSTRIAL - CNPJ:60.875.788/0001-01;

JBON ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - CNPJ:08.562.253/0001-60;

OP EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA - CNPJ:12.096.433/0001-71

SUBDIVISÃO DE RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES - SUREC

DIVISÃO DE RESTITUIÇÕES, COMPENSAÇÕES E REGIMES ESPECIAIS - DIREC

PROCESSO, INTERESSADO/CPF, CNPJ, CCM, ASSUNTO, DECISÃO:

6017.2019/0010556-9, CARLOS FRANCISCO QUARESMA BAPTISTA/037.222.108-44, Recurso do Pedido de Restituição de IPTU (PA SEI nº 6017.2017/0018343-4) S.Q.L. nº: 081.211.0024-0.

1. À vista dos elementos e informações constantes do presente processo, CONHEÇO O RECURSO, posto que TEMPESTIVO e LEGÍTIMO.

1.1 No mérito, **NEGO SEU PROVIMENTO**. O referido pleito já foi analisado e devidamente restituído ao contribuinte sob a égide do PA SEI nº 6017.2017/0018834-7. Nada mais a ser providenciado no presente processo. 2. Base legal: Lei Municipal nº 14.107/05, Código Tributário Nacional, arts. 165 e 166.

3. A instância administrativa encontra-se definitivamente encerrada, nos termos do art. 27, inciso IV, da Lei Municipal nº 14.107/05. No entanto, o contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadencial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br), conforme Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 4 de dezembro de 2019, com redação dada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 4, de 22 de março de 2021.

6017.2020/00015603-3, FEP DE SOUZA RENOVA AMBIENTAL, 15.248.004/0001-60, N/C, Impugnação de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional.

1. Com base nas informações contidas neste processo, em relação à Impugnação de Indeferimento na Adesão ao Simples Nacional, **DEFIRO** a liberação de pendências no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo.

6017.2020/0054451-3, STEPHANIE CRISTINE SILVA FERREIRA, N/C, N/C, RESTITUIÇÃO DE ITBI-IV S.Q.L. 214.024.0888-7.

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, **Deferido**.

1.1. Restitua-se a STEPHANIE CRISTINE SILVA FERREIRA, CPF nº 410.549.488-01 a quantia de R\$ 4.848,37 (Quatro mil e oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), referente à etiqueta nº 54.175.917-5, atualizada monetariamente nos termos da Lei 14.125 de 30/12/2005.

2. Base Legal: Artigo 165 I do Código Tributário Nacional, Artigo 25 da lei 14.125 de 30/12/2005.

6017.2021/00006160-3, KARYN NASSIF ZAMAI/274.107.088-16, N/C, N/C, restituição do imposto ITBI-IV SQL nº: 197.016.0005-2.

1. Retifico a decisão publicada em 19/05/2021, a fim de constar: à vista dos elementos e informações constantes dos autos, **deferido**.

1.1. Restitua-se a KARYN NASSIF ZAMAI CPF: 274.107.088/16 a quantia de R\$ 13.084,66 (treze mil, oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) referente à etiqueta nº 54.124.080-3, atualizada monetariamente nos termos da Lei 14.125 de 30/12/2005.

2. Base Legal: Artigo 165 I do Código Tributário Nacional, Artigo 25 da lei 14.125 de 30/12/2005 e Lei 11.154/91.

6017.2021/0024158-0, SOLVIT INSTALACAO, REPARACAO E MANUTENCAO HID, 09.343.297/0001-62, N/C, Restituição de tributo.

1. INDEFIRO. A legitimidade para o pedido cabe ao tomador dos serviços, conforme disposto na Lei 13.701/03.

2. Prazo para recurso: 30 (trinta) dias contados da ciência, expressa ou tácita, desta decisão no Domicílio Eletrônico do Cidadão (DEC), ou da data de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC).

3. Para adentrar com um Recurso ou novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadencial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, deverá ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br), conforme Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 4 de dezembro de 2019, com redação dada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 4, de 22 de março de 2021.

6017.2021/0025982-9, DB MAIL COMERCIO DE PRODUTOS POSTAIS LTDA, 03.355.686/0001-21, N/C, RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO E/OU CANCELAMENTO E/OU BLOQUEIO DE DOCUMENTO FISCAL.

1. INDEFIRO, em razão da falta de documentação essencial e indispensável a análise de mérito tendo em vista que o interessado não apresentou: PROVA DE REPRESENTATIVIDADE DO SIGNATÁRIO DO REQUERIMENTO FORMULADO. Cópia do RG e CPF do contribuinte ou do representante legal, se pessoa jurídica, e no caso de procuração, também do procurador; (RG/ CPF) (DOCUMENTO/COPIA LEGÍVEL) E/OU REQUERIMENTO, SOLICITANDO A RESTITUIÇÃO E/OU CANCELAMENTO DE Nfe/ NFTSe, ASSINADO PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA OU PROCURADOR COM FIRMA RECONHECIDA /E OU Atos constitutivos e consolidados da pessoa jurídica e ata de eleição do representante legal ou documento equivalente, no caso do representante ser pessoa jurídica apresentar também ato constitutivo desta pessoa jurídica e demais alterações provando representatividade E/OU instrumento particular de procuração VALIDO DE OUTORGA DE PODERES AO SIGNATARIO. Em especial o sócio Maurício G Tendolini não é administrador da empresa.

1.1. Base Legal: PORTARIA SF/SUREM nº 48, de 03 de agosto de 2018 e Artigo 165 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN);

1.2. O contribuinte ou interessado poderá pleitear novamente a restituição dos valores pagos indevidamente, a maior ou em duplicidade, bem como eventual cancelamento e/ou bloqueio de documento fiscal, desde que dentro do prazo decadencial, ingressando com novo processo e incluindo neste TODOS os documentos pertinentes e não apenas os faltantes?;

6017.2021/0028098-4, Douglas Eduardo dos Santos/086.904.358-75, 26.858.663/0001-35, N/C, Pedido de correção do regime de tributação de NFS-e, incidências 01/2017 a 12/2017.

1. À vista das informações constantes no presente expediente, **INDEFIRO LIMINARMENTE** o requerimento do impetrante, conforme manifestação consignada no Processo Administrativo nº 6017.2021/0028098-4, que acolho e passa a integrar a presente decisão.

1.1. O causidico não apresentou a totalidade da documentação mínima obrigatória, restando prejudicada a apreciação do presente Processo. Nestes termos, o contribuinte deixou de apresentar os seguintes documentos:

- Formulário Correção de Regime de Tributação de NFS-e, devidamente preenchido e assinado. O supracitado formulário encontra-se disponível no endereço eletrônico de internet https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/outrosservicos/index.php?p=2571;

- No requerimento de Correção de Regime de Tributação de NFS-e, a assinatura do requerente, Sr. Douglas Eduardo dos Santos, deverá ser idêntica a assinatura existente em seu RG, ou o requerimento deverá possuir firma reconhecida;

- Cópia do Instrumento de Constituição (Declaração de Firma Individual) e, se for o caso, as suas alterações posteriores, regularmente registradas no órgão competente;

- Cópia do recolhimento do Programa Geradores de DAS do Microempreendedor Individual (PGMEI), incidência 05/2021, visto que não logramos êxito em encontrá-lo;

- Considerando que as NFTS n.º 001 e 003 foram emitidas indevidamente, o requerente deverá solicitar, em Processo Administrativo próprio, o cancelamento das supracitadas NFTS, indicando o motivo específico pelo qual as aludidas NFTS foram emitidas e, se for o caso, as Notas Fiscais que as substituíram.

2. Base normativa: Portaria SF/SUREM n.º 48, de 03 de agosto de 2018, e artigos n.º 21 e 22 da Lei Municipal n.º 14.107, de 12 de dezembro de 2005.

3. O contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadencial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do Portal 156 (https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/tipos-servicos?tema=668).

DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA - DEPAC

Replicação por ter sido com Incorreções

Referência: Processo nº 2015-0.217.131-3

Assunto: Impugnação ao Comunicado CADIN nº 2.552.307/2015

Interessado:Luiz Orlando de Barros Segala – 16º Registro Civil das Pessoas Naturais

CPF: 097.516.298-53

Advogado: Rubens Harumi Kamoi – OAB/SP 137.700 – CPF 875.879.638-04

RETI-RATIFICAÇÃO DE DECISÃO:

1. Determino a RETI-RATIFICÇÃO do despacho constante às fls. 71 do presente e pu-blicado no D.O.C. de 22 de Junho de 2021 e republicado em 24 de Junho de 2021, para constar o número correto do processo: 2015-0.217.131-3.

2. Ratifico os demais itens.

3. Da intimação caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, nos termos da legislação vigente.

4. Intime-se e devolva-se a DICOP para providências decorrentes dessa decisão.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA - DITBI

PROCESSO: 6017.2021/0027204-3

ASSUNTO: Pedido de homologação da guia de ITBI nº 53.607.243-4

INTERESSADO: GUILHERME ANTONIO MARTINS DE CASTRO

SQL: 091.043.0614-7

DESPACHO:

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação da Auditora-Fiscal, HOMOLOGO o recolhimento realizado por meio da guia DAMSP nº53.607.243-4, no valor de R\$ 6.769,94, tendo em vista que ele satisfaz o crédito tributário devido pela compra e venda, por escritura pública de 14/05/2021, do imóvel cadastrado no Cif com SQL 091.043.0614-7, melhor descrito pela matrícula 144.233, do 8º Cartório de Registro de Imóveis, sem prejuízo de eventual lançamento complementar do ITBI-IV caso o Fisco venha a tomar ciência de fato superveniente.

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

RETIFICAÇÃO NA INTEGRA DA PUBLICAÇÃO DO D.O.C. DE 06/07/2021 - pag. 26

PORTARIA SF/SUREM/DEJUG nº. 33, de 05 de julho de 2021.

Designa Auditor-Fiscal Tributário Municipal para a execução de atividade enquadrada no subitem 13.1 da Tabela Anexa I da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 05 de novembro de 2019.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso II art. 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 05 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Auditor-Fiscal Tributário Municipal **Marcio Vellozo Magalhães, RF nº 687.510-6**, lotado na

Divisão de Restituições, Compensações e Regimes Especiais – DIREC, do Departamento de Tributação e Julgamento, para realizar, em caráter exclusivo e sem prejuízo quanto ao cumprimento da jornada de trabalho em regime interno, a atividade de análise do processo administrativo 6017.2020/0015033-7.

Art. 2º A atividade descrita no artigo 1º desta portaria possui grau de complexidade para sua execução notadamente desproporcional à pontuação estabelecida no subitem 9903.3 do Sistema de Produtividade Fiscal, conforme estabelecido nas Portarias SF/SUREM nº 76 e 78, ambas de 2018, enquadrando-se, por conseguinte, no inciso II do art. 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015.

Art. 3º Para fins de cálculo da Gratificação de Produtividade Fiscal, a contribuição individual do servidor designado nos termos do artigo 1º desta portaria será apurada pela pontuação prevista no subitem 13.1 da Tabela Anexa I da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 2019.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos para os dias úteis entre 14 e 24 de junho de 2021.

SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6017.2021/0027504-2

I - À vista dos elementos contidos no presente e nos termos da competência delegada pelo art. 2º, alínea VI, da Portaria SF nº 78/2019, **autorizo** reserva e empenho pelo valor de **R\$ 104.437,06** (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e seis centavos) onerando a dotação **28.17.04.1 23.0000.0.022.46909300.00** , para despesa orçamentária relativa aos levantamentos de depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, desfavoráveis à Prefeitura de Janeiro a Junho de 2021.

LICENCIAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 42/2021/SMUL.G

Altera os artigos 2º, 5º, 6º, 8º e Anexo I da **PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G**, a qual dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao COVID-19, inclusive o regime de teletrabalho previsto no artigo 7º, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

CESAR AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a criação da Fase de Transição entre a fase vermelha e a fase laranja, o que permite o retorno gradual e seguro das atividades;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 60.336, de 29 de junho de 2021, o qual dispõe sobre a retomada da contagem dos prazos e a cessação de medidas previstas no Decreto nº 59.283, de 16 de Março de 2020, bem como a manutenção das regras de funcionamento previstas no Plano São Paulo, no âmbito do Município de São Paulo.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G, na sua íntegra, com a seguinte redação:

“Art. 2º - Os prazos recursais, prazos de cumprimento de “comunique-se” já emitidos, bem como os prazos do Decreto 58.028 de 11 de dezembro de 2017 – “Aprova Rápido”, suspensos nos termos do Artigo 20, do Decreto 59.283 de 16 de março de 2020, terão a sua contagem reiniciada, a partir de 01 de julho de 2021, com a devolução do prazo inicial”.

Art. 2º - Fica alterado o parágrafo único, renumerando-o para § 1º e incluído o §2º, no artigo 5º, da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G, com a seguinte redação:

(...)

“§1º. A realização de atendimentos presenciais ao público junto às Coordenadorias desta Secretaria, enquanto perdurar a situação de emergência, será ajustada de acordo com a fase do “Plano São Paulo” na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada, na seguinte conformidade:

I - Fase Vermelha: suspenso o atendimento presencial, apenas atendimento telefônico ou por comunicação eletrônica;

II – Fase de Transição: atendimento ao público apenas por prévio agendamento telefônico ou e-mail com intervalo mínimo entre os atendimentos de 30 (trinta) minutos;

III - Fase Laranja: atendimento ao público apenas por prévio agendamento telefônico ou e-mail com intervalo mínimo entre os atendimentos de 20 (vinte) minutos;

IV - Fase Amarela e Verde: atendimento ao público apenas por prévio agendamento telefônico ou e-mail com intervalo mínimo entre os atendimentos de 10 (dez) minutos.

§2º. As reuniões para atendimento técnico de processos nas coordenadorias serão, preferencialmente, realizadas por meio de sistema de teleconferência, independente da fase do “Plano São Paulo”, de acordo com a necessidade e adequação, atendendo as peculiaridades e escala de atendimento”.

Art. 3º - Fica alterado o inciso III, do artigo 6º, da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G, com a seguinte redação:

(...)

“III – pelo período de emergência, desde que não completamente vacinados contra a COVID 19 com as doses preconizadas pelas autoridades de saúde: ”

(...)

Art. 4º - Fica acrescido o §4º ao artigo 6º, da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G, com a seguinte redação:

(...)

“§4º As chefias e/ou Coordenadoria de Administração e Finanças-CAF poderão solicitar aos servidores a comprovação da vacinação completa contra de COVID-19, considerando a garantia de máxima eficácia após 14 dias das doses preconizadas para vacina”.

Art. 5º - Fica alterado o artigo 8º, da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G, na sua íntegra, com a seguinte redação:

“Art.8º - Os servidores de SMUL que não estiverem relacionados nas hipóteses dos incisos do artigo 6º desta Portaria deverão ser submetidos ao regime presencial de trabalho.

§1º Sem prejuízo do caput deste artigo, os Coordenadores e Assessores Chefes poderão, após a autorização expressa do Gabinete de SMUL, adotar o regime de teletrabalho de maneira percentual nas divisões/áreas cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público.

§2º Os servidores submetidos ao regime de teletrabalho na hipótese do §1º deste artigo deverão firmar a declaração constante do Anexo II desta Portaria.

§3º A declaração constante do Anexo II desta Portaria poderá ser realizada presencialmente ou mediante envio eletrônico a Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF”.

Art. 6º Fica a alterada a declaração do Anexo I da PORTARIA nº 12/2021/SMUL.G pela declaração constante do Anexo I da presente Portaria.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

(